

“Pé-inchado” e as entrelinhas de uma cidade amazônica no encontro com a diferença¹

Luciana Corrêa de Sena Cajado
(ICS, Universidade de Lisboa, Portugal)

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Uso de substâncias; Amazônia.

Aspectos introdutórios

Ao longo de 2020, eu iniciei uma etnografia que buscava compreender as dinâmicas de pessoas em situação de rua e suas relações com instituições e agentes da assistência social e saúde, mediadas por práticas de cuidado, durante a pandemia da Covid-19. Eu estava vivendo na cidade de Santarém, no Pará, situada na Amazônia brasileira, minha terra natal e lugar para onde retornei naquela ocasião. A pesquisa fazia parte do doutorado em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e, a partir dali, foi desenvolvida naquele principal centro urbano da região oeste do Pará, até o ano de 2022. A discussão desenvolvida neste manuscrito compõe a referida tese de doutorado defendida no início de 2026.

O trabalho de campo teve algumas etapas marcadas pela etnografia digital (sobretudo, naquele primeiro ano), mas em sua grande parte foi desenvolvido presencialmente, a partir de duas instituições públicas do município de Santarém, vinculadas à assistência social. Uma delas funcionava como principal centro de referência para atendimento diário (sem pernoite) de pessoas em situação de rua na região; a outra era um abrigo de adultos e famílias, especialmente criado para acolher pessoas indígenas venezuelanas em situação de migração e/ou refúgio, mas como referência de abrigamento também ao público em situação de rua, na cidade. Acompanhada das histórias das pessoas, de suas trajetórias de rua e cuidado e dos relatos dos agentes institucionais, o cotidiano da pesquisa possibilitou-me acessar outros cenários da rede socioassistencial e de saúde, bem como a rua.

Quando nas experiências de campo, na rua, especificamente, chamou-me a atenção uma determinada maneira de se referir a pessoa que estava em situação de rua, produzida a partir das interações locais: “pé-inchado”. Talvez, não exclusiva de Santarém, mas em seu uso popular ali, a expressão vinha da associação entre vida na

¹Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

rua, uso intenso de álcool e seus efeitos corporais, tais como o edema (ou “inchaço”) persistente em membros inferiores. O emprego do termo ocorria, entretanto, a despeito do uso da substância. Em campo, cheguei a ouvi-lo não de agentes institucionais, os quais costumavam usar os termos da “Política Nacional para a População em Situação de Rua” (Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009), mas entre outras pessoas da cidade - não raro, com uma carga pejorativa quando mencionado.

O dado em questão parecia surgir, portanto, enquanto um recurso discursivo na tentativa de, além de nomear, explicar um fenômeno. E, como perceberemos adiante, simultaneamente, produzia outros desdobramentos de interesse aos debates da antropologia e outras disciplinas. Alguns desses desdobramentos constituem, historicamente, a relação da sociedade e das respostas do Estado relativas às pessoas em situação de rua, em diferentes locais. Processo do qual Santarém não escapou e que se evidenciou, durante a análise dos dados, na tese, sobretudo, na interpretação dos materiais relativos ao caminho de materialização da política social para pessoas em situação de rua, naquele centro urbano-ribeirinho, e ao contexto político e econômico, no qual se inseria o uso do termo “pé-inchado”.

“Pé-inchado”: além de uma categoria êmica

A categoria “pé-inchado” apareceu, nos registros do diário de campo, especialmente quando ocorriam as interações com a rua. Pensar sobre a categoria em si, posteriormente, levou-me a acionar literaturas que problematizam o uso de álcool e outras substâncias e a vida nas ruas, especialmente em cidades amazônicas. Cheguei a dois trabalhos desenvolvidos em Santarém, Carmo (2020) e Aires (2019), autores que também foram atravessados por discussão semelhante, no mesmo campo temático das trajetórias de rua. Carmo (2020) observou que o álcool era a principal substância de consumo problemático entre as pessoas em situação de rua, em Santarém, até o período da pesquisa desenvolvida por ele. É válido dizer, todavia, que nem todo mundo que está nas ruas usa álcool, embora quando presente, como argumenta Braga (2022), o uso possa resultar de um efeito secundário do sofrimento de viver na rua.

Por outro lado, nem todos que usam álcool terão os pés inchados. O raciocínio de natureza biomédica, nesse caso, dava nome aos corpos que, neste cenário urbano, estariam na contracorrente da modernização urbana. Totalizava-os em uma característica, enquanto esses corpos ocupavam um lugar que não cabe na cidade em

desenvolvimento mas que, como no argumento de Cunda e Silva (2019), inevitavelmente, é também o lugar do encontro com a diferença. Neste contexto de pesquisa, tal como em outros centros urbanos, não estar domiciliado tornava-se um dos principais marcadores de diferenças sociais capazes de estabelecer formas de denominar alguém, embora não fosse o único, como demonstra o termo “pé-inchado”.

Aires (2019) identificou, em seu trabalho, que o uso dessa expressão pelas pessoas da mesma região que eu analisava, não era novo nem infrequente, e insinuava-se como a materialização de um discurso urbano corrente naquele espaço. Para o autor, o termo poderia ser tratado como “ferramenta interpretativa para analisar os sentidos e rumos que a cidade tem tomado” (p.47), sobretudo, ao ter em conta o projeto de “modernização” ao qual ela tem sido submetida, nas últimas décadas, em um contexto de avanço do capitalismo global e de atualização de planejamentos urbanos assépticos.

Neste ponto da conversa, cabe dizer que Santarém é caracterizada como uma cidade média, cuja referência urbana estratégica, na distribuição espacial de cidades da Amazônia brasileira e internacional, dá-se também por sua relevância econômica e política. Isso se amplia por sua inserção em uma extensa zona de conexões de rios da floresta, na mesorregião do Baixo Amazonas. Ademais, Santarém está inserida na agenda histórica de produção de urbanidades da região sob lógicas desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas. Seja nos muitos projetos de permanente colonização da região, em que “podemos encontrar o passado pressionando o presente e as marcas de projetos de Estado que reencenam e atualizam enredos coloniais” (Bemerguy & Oliveira, 2021, p.39); seja na distribuição e usos do centro urbano que, no caso de Santarém, é alvo da expansão imobiliária e da fronteira agrícola, além da exploração nacional e internacional do turismo local (principalmente ligado ao ecoturismo, à beleza das praias de rio e ao patrimônio histórico arquitetônico, arqueológico e imaterial).

Nesse sentido, alguns fenômenos sociais com potencial de interferência nesses projetos de desenvolvimento local e regional, tendem a ser vistos como ameaça. Tal como ocorre diante da ocupação urbana desordenada provocada por pessoas empobrecidas em situação de rua, migração e/ou refúgio: afeta “visualmente” e, “higienicamente”, modifica a paisagem urbana, através das marcas de sua presença na cidade. O que poderia confrontar os discursos e investimentos para grandes projetos de “modernização” e “reestruturação” daquela “cidade média”.

Dito isso e considerando essa breve contextualização de urbanidade onde transcorria o uso da expressão “pé-inchado”, para além de uma categoria êmica, ela

indicava representar a construção de mais um estereótipo do público com trajetória de rua, no modo como era visto, em sociedade, naquela cidade. Não surpreende, portanto, que um dos interlocutores da pesquisa de Aires (2019), mostrou-se inconformado quando lhe questionaram se ele se considerava um “pé-inchado”: antes, ele havia se apresentado como “morador de rua”; diante da pergunta, sentiu-se indevidamente associado a um conjunto de estigmas.

Esse campo de discussão sobre o “pé-inchado” dialoga com Velho (1981), que destaca a palavra “drogado” ao assumir uma dimensão política. Segundo ele, isso ocorre quando, por meio de uma acusação totalizadora (como é o caso de “drogado”), contamina toda a vida e a identidade das pessoas de forma radical e, por fim, estigmatiza-as. Para o autor, ela faz parte de uma acusação moral e médica. Através dela, o aspecto da doença já é dado e, o fato de os acusados serem categorizados como moralmente nocivos, segundo o discurso oficial, em face de seus hábitos “desviantes”, acaba por transformá-los em ameaça, sinônimo de perigo.

Em uma nota de jornal da ocasião de inauguração do serviço de referência para pessoas em situação de rua, de Santarém, em 2014, presente entre os materiais analisados para o conjunto da tese, pairava o rótulo de “doente mental” associado à abertura da instituição. São termos que reproduzem uma semântica ainda, frequentemente, associada à vida nas ruas e transformada em objeto de generalizações. Outra reportagem² de 01 de fevereiro de 2014 (isto é, no segundo dia de funcionamento daquele serviço de referência na cidade) exemplifica essas reflexões quando, desde o título, anuncia: “Maior parte dos atendidos pelo Centro Pop tem dependência química”.

A despeito dos atributos morais ligados a tais processos de estigmatização e rotulação, a relação entre sofrimento psíquico, uso problemático de substâncias e a trajetória de rua é uma tríade bastante discutida na literatura acadêmica. Inclusive, sob a perspectiva de sua relação com outros processos de adoecimento e morte, em contextos desfavoráveis à vida; ou o contrário, no que há de produção de vida nessa interação. Para uma noção ampliada acerca das discussões nesse campo, recomendo leitura das produções de Bourgois (2003), Rui (2014), Lisboa (2013), Vallim (2015), Araujo (2017), Gondim (2021), Valentim et al. (2021), Braga (2022); e os trabalhos organizados por Teixeira e Fonseca (2015) e por Rui et al. (2016).

²Vide notícia completa: “Maior parte dos atendidos pelo Centro Pop tem dependência química”, 01 de fevereiro de 2014: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/4111/maior-parte-dos-atendidos-pelo-centro-pop-tem-dependencia-quimica>

A presença dessa relação observada durante o trabalho de campo, no entanto, aparece explicando um fenômeno similar à análise de Velho (1981). Seja nas descrições dos recortes jornalísticos analisados e na opinião de leitores locais registradas à época, na sequência dessas notícias, seja no eco que essa relação produzia em falas de interlocutores em campo anos depois, na ocasião do trabalho de campo que discuto neste manuscrito. Simultaneamente, ainda na atualidade, reproduziam generalizações, criavam categorias totalizantes, redirecionavam práticas de cuidado, entre outros desdobramentos, ainda que o termo "pé-inchado" não fosse utilizado no vocabulário institucional local.

Se hoje esse tipo de debate ressurgir na sociedade global, não é incomum a relação entre sofrimento psíquico, uso problemático de substâncias e trajetória de rua, ser usada para reivindicar respostas mais céleres do Estado. No caso de Santarém, a cobrança da sociedade por resultados "urgentes", a partir do momento em que se inaugurasse uma instituição social para assistência às pessoas em situação de rua, veio permeada pela argumentação de que a prevalência de graves problemas de saúde mental e de uso de substâncias, entre esse público na cidade, possibilitaria a interferência desfavorável na vida urbana. Como caracterizou uma agente institucional da "rede" em uma reportagem³, às vésperas da inauguração do serviço de referência para pessoas em situação de rua, em uma Santarém de 2013, havia "pessoas morando nas ruas em situação considerada gravíssima". A profissional ainda explicou, naquela mesma publicação:

Quando a família perde o controle sobre um ente querido porque este se envolveu com droga ou porque tem transtorno mental e não aceita o tratamento, em geral, ele vai para a rua e não volta mais para casa. É muito mais difícil lidar com alguém que não quer ajuda, mas o Centro Pop vem para atender também esses casos. (Trabalhadora da rede de assistência social, em entrevista para reportagem, em 02 de outubro de 2013)

Portanto, os materiais etnográficos indicavam que a formalização do serviço de referência, em Santarém, foi marcada por discursos com variadas expectativas da

³Vide notícia completa: "Centro POP vai atender pessoas em situação de rua", 02 de outubro de 2013: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/2856/centro-pop-vai-atender-pessoas-em-situacao-de-rua>

sociedade local, com especial ênfase em como essa política "resolveria" alguns problemas caracterizados pela "perda do controle" de pessoas com uso problemático de substâncias e/ou graves transtornos mentais. Não é possível afirmar *aqui*, no entanto, quem primeiro produziu tais opiniões na cidade - se a mídia, o Estado, ou outros atores sociais da época. Apesar disso, algumas dessas linguagens e enfoques empregados nos documentos jornalísticos analisados acerca daquele período, sinalizam-nos ainda outra questão: os efeitos duradouros daqueles conteúdos. Especialmente, em termos de contribuição (até o cenário atual da etnografia) para sustentar, no conjunto mais amplo da sociedade, a defesa de um modelo de cuidado estruturado para o "recolhimento" e "resgate" de pessoas das ruas, com a finalidade de "recuperar", "salvá-las", "reinsserir socialmente". Isto é, um modelo manicomial para responder a circulação de pés inchados.

Isso dialoga com Bourdieu (1989) que, ao defender o poder simbólico como um poder de construção da realidade, provoca-nos a pensar que, nesse contexto, os meios de comunicação insinuaram-se como elementos centrais no fortalecimento desse poder. Sobretudo, enquanto instrumento simbólico: "o poder de constituir o dado através da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo. Poder quase mágico (...)" (p.14).

"Recolhimento", "resgate", "recuperação", "salvação", "reinserção social": a propósito desses termos, assim que iniciaram as atividades naquele centro de referência para pessoas em situação de rua, em 2014, em Santarém, a pressão popular para averiguar se o trabalho da instituição estava de fato a ser efetivo expressou-se de variadas formas. Uma interlocutora do campo revelou, em entrevista, que logo no começo, a então coordenação teve que colocar limites quanto aos pedidos de visitação de pessoas externas ao espaço, pois elas queriam ver os "reabilitados". Dizia uma pessoa da gestão: "Isso aqui não é um zoológico", segundo a interlocutora, em uma tentativa de desconstruir noções que o campo revelou, anos depois, ainda muito cristalizadas.

Com o objetivo maior de ampliar a discussão feita até agora (mas sem a intenção de esgotar a literatura acadêmica sobre o tema), considero válido compartilhar a seguir algumas reflexões que desenvolvi em torno da construção da denominação política desse público, inspirada no que já foi produzido academicamente sobre o assunto.

Como nomear diante do que é diverso?

Em qualquer parte do mundo, o termo que designa quem vivencia a falta de moradia fixa ou convencional, de fato, varia, o que se deve a muitos fatores - alguns deles relacionados a como se ocupa o espaço. A exemplo, o termo “em situação de rua” é utilizado, no Brasil, para caracterizar as pessoas que têm a rua como principal local de moradia ou permanência. Há, inclusive, uma definição política do que se entende por “população em situação de rua”, desde o Decreto nº 7.053 (2009), do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁴, no país, a qual traz, na descrição do que seria o “perfil” desse público, o reconhecimento da ampla heterogeneidade que caracteriza o público.

Além disso, “população em situação de rua” remete ao debate em torno da ênfase na “situação”, e não em essências pessoais ou permanências definitivas. Estar na rua para além da classificação econômica pelo estado de pobreza, afinal, nem toda pessoa pobre está em situação de rua. É uma definição que busca considerar a complexidade da realidade social e a defesa de que não se deve restringir a maneira de denominá-los em torno da falta, seja ela de crença, comida, trabalho, domicílio, família, dentre outros, como discutido por Cunda e Silva (2019), embora a base da definição seja uma falta - “a inexistência de moradia convencional” (Aires, 2019).

Por outro lado, é uma definição bastante ampla, pois tenta dar conta das diferenças e de toda uma diversidade de experiências - e com isso, incorre no risco de apagamentos de outras categorias de autoidentificação. Abre, até mesmo, uma enorme janela de possibilidades de interpretação para inclusão (ou não) de determinadas pessoas na política. Sob uma leitura foucaultiana e inspirada nas observações feitas por Carriconde (2019), em sua tese, ocorre *aqui* um processo de identificação e fixação passível de administração pelo Estado, com efeitos na ação das instituições sociais. Igualmente, é com tal terminologia e descrição que os textos oficiais e boa parte da literatura acadêmica operam desde a elaboração do decreto de 2009, no Brasil. Por fim, é essa a orientação das agências do Estado a seus agentes institucionais, quando precisam falar do/com o público em questão.

Vale enfatizar que os movimentos sociais deste campo de lutas tiveram

⁴No governo em vigência enquanto escrevo este trabalho (2023-2027), atua o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, de nome e atribuições bastante semelhantes.

protagonismo nas discussões para elaboração do termo, o qual é prévio à publicação daquele decreto que traz a definição citada no início deste tópico. Frangella (2009) recupera, em sua tese, o conjunto de notícias e documentos que tratavam sobre a emergência do termo enquanto forma de demarcação política da experiência transitória da rua. Atualmente, a sociedade civil organizada tem importante papel na defesa do uso do termo e de sua identidade política no país - com destaque ao papel do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) nessa luta. Até hoje, esses movimentos sociais militam contra o uso de termos estigmatizantes e generalizadores, tais como “mendigo”, “desgraçado”, “vagabundos/vagamundos”, “rueiro”, “indigente”, “marginal”, “morador de rua”, “sofredor de rua”, “maloqueiro”, “drogado”, “cracudo”, “vadio”, “ladrão”, “classes perigosas”... Os quais, por sua vez, tem sua historicidade marcada em determinados contextos descritos na literatura.

Muitos dos que estão em situação de rua, contudo, não utilizam a denominação “oficial” da política, algo que observei no trabalho de campo e também foi descrito por L. F. P. Pereira (2016). Durante esta etnografia, no circuito das instituições como também nas abordagens das equipes na rua, alguns preferiam apresentar-se como “trecheiro”, “andarilho”, “peregrino”, “aventureiro”, “refugiado”, “imigrante”. Sobre isso, Erica, umas das agentes institucionais que conheci, recordou as polêmicas em torno do uso dessa terminologia, quando os “hippies”, um grupo específico da rua bastante presente na orla de Santarém e na vila de Alter do Chão, começaram a acessar o serviço de referência para pessoas em situação de rua, nos primeiros meses de funcionamento da instituição, em 2014. Segundo Erica, eles não gostavam de ser identificados como pessoas em situação de rua: “(...) entre eles, era essa coisa assim, ‘eu não sou de rua, eu sou artesão, eu sou hippie, eu sou trecheiro’. Eles falavam para nós quem eles eram. (...) A gente dizia, ‘vocês vão ser chamados como vocês querem ser chamados’ (...)”. Mas, a princípio, essa divergência não foi bem recebida pela equipe, conforme o que Erica recordava:

É importante a gente dizer isso, isso gerou na nossa reunião interna uma discussão tamanha. Alguns colegas de trabalho perguntavam: “Por que a gente vai atender hippie? Se hippie não quer fazer parte da sociedade? Eles não deviam nem entrar porque isso aqui não tá feito pra eles”.

Por causa desse debate, a equipe quase se dividiu, embora tenha sido um momento de discussão importante para aquele coletivo de profissionais. Como efeito, houve um incremento da consciência acerca dos termos utilizados na política, tal como explicada por aquela interlocutora: “(...) claro que a gente explicava para eles [público] que a política via eles com esse termo, ‘população em situação de rua’ e, dentro desse termo, todo mundo tava lá dentro fazendo uso da rua por um dia ou por dez anos”. Ou seja, parte da atuação do espaço institucional compreendia promover um letramento acerca do vocabulário da política. Erica ainda finalizou: “Essa pessoa, para a política do Estado, era reconhecida como uma pessoa em situação de rua. (...) a rua como espaço de alimentação e como espaço de moradia, ou mesmo de trabalho”.

Nessa época, Erica percebia que quem reivindicava a não categorização como “situação de rua”, em geral, eram pessoas que já chegavam com a elaboração de uma “identidade social” sobre si. Para ela, contudo, a maioria não vinha com essa identidade pré-construída e, por isso, “(...) não se importava com a maneira que a gente chamava. Inclusive, nesse caso, a nossa orientação era chamar ele pelo nome, com todo o respeito possível, para que ele inclusive se visse naquele nome, entendeu?”.

Durante a etnografia, houve interlocutores que, embora em situação de rua, revelaram utilizar a identidade como “morador de rua” ou “pessoa em situação de rua” apenas nos espaços institucionais da assistência social voltados a esse público, para acessar o serviço. Como uma “moeda de troca”: assumir um determinado papel viabilizaria aceder a direitos sociais quando, por isso, parecia justificável mobilizá-la nas interações. Portanto, ao longo do trabalho de campo, ela não se mostrou como uma identidade fixa. Em alguns casos, inclusive, a pessoa não usava a informação, nem admitia tal identidade em outros espaços, devido às finalidades estratégicas, como na busca por emprego, por exemplo.

Sobre esse tipo de dado, Neves (2011) comenta que as instituições assistenciais colaboram na construção da prática social relativa a uma identidade esperada da pessoa em situação de rua. O que, na leitura dela, ocorre através do aprendizado de um “modelo aceito de pobreza” o qual determina quem está habilitado - atende aos “mínimos sociais” - para ter acesso à redistribuição formalizada (isto é, institucional) de recursos necessários à sua sobrevivência. Por isso, são frequentemente convocadas a essa adequação do corpo e do discurso a uma dada identificação, um enquadramento que justifique uso e permanência em instituições dessa natureza. No abrigo, esse dado também esteve presente.

Por fim, vale dizer que há outras denominações e caracterizações locais que podem ser encontradas, em cada região do Brasil. As comunidades religiosas também inserem seus nomes no circuito, como as Pastorais da Igreja Católica, no Brasil, denominando o público como “povo da/de rua”. Em outros contextos internacionais, são chamados de “sem abrigo” (em Portugal), *personas sin hogar* (em países de língua espanhola), *sansabri* (em países de língua francesa), *homeless* (em países de língua inglesa) - isto é, literalmente, o “desabrigado” ou “sem teto”, a vivência do fenômeno desde a falta. Salvo na língua espanhola, na qual encontramos ainda algumas produções acadêmicas atuais que também utilizam a nomenclatura de *personas en situación de calle*, similar ao contexto político brasileiro.

Contudo, para Cunda e Silva (2019), a maioria dessas nomenclaturas utilizadas em cenários internacionais podem desdobrar-se em categorias diversas de mediação (sem casa, habitação insegura ou inadequada, dentre outras) que se referem não apenas à rua, como também às sub-habitações da cidade. Ou seja, no uso desses termos, a questão da rua expande-se também a uma questão habitacional ou proletária nos demais cenários. O mesmo não se pode afirmar quanto ao Brasil, de acordo com esses dois autores, onde a questão foca-se na vida da rua, especificamente, atenta à heterogeneidade.

Não posso deixar de mencionar que a manifestação dessa heterogeneidade também pode ocorrer nas inúmeras formas de identificação produzidas entre as próprias pessoas que compartilham da situação de rua entre si, em suas interações de convívio. Durante o desenvolvimento da pesquisa, não foi objetivo catalogar a multiplicidade desses outros termos e, por isso, a descrição e categorização mais aprofundadas desse aspecto não foram produzidas. Na realidade, com o tempo em campo, surgiu outro interesse: observar com maior atenção como as identidades operavam entre interlocutores quando emergiam em campo. Tal como ocorreu com a categoria “pé-inchado”.

Cunda e Silva (2019) afirmam ainda que, apesar dos muitos nomes e mesmo com o reconhecimento dessa diversidade, uma vida perene e incapturável surge no cotidiano da rua, com estratégias de sobrevivência e proteção que desafiam não apenas as tentativas de denominar, como também as formas de operar as políticas de cada cidade. Consciente dessa diversidade de perfis, trajetórias e possibilidades de denominação, tenho utilizado “pessoas em situação de rua”, nos textos acadêmicos, inspirada na linguagem corrente no cenário político brasileiro. Trata-se de uma escolha para

capilarizar o diálogo dos textos com as diferentes leitoras, comunidades, movimentos sociais, mídias e setores do Estado, neste país e fora dele, embora sempre com atenção para não totalizar nem os contextos, nem os interlocutores e interlocutoras dentro de denominações únicas e exclusivas.

Considerações finais

Em seu conjunto, o trabalho de campo cuja análise resultou na tese e no breve recorte apresentado neste manuscrito, permitiu observar, em Santarém, o modo como a sociedade (ou, pelo menos, parte dela) compreendeu, ao longo dos anos, a existência de uma política e de instituições do Estado, especificamente, voltadas para pessoas em situação de rua, em uma “cidade média” da Amazônia brasileira, à beira do rio Tapajós. E além: como a cidade produziu-se a partir disso. A categoria “pé-inchado” compõe essa discussão mais ampla.

O material analisado demonstrou que, além dos elementos fundamentados na proteção e no acesso a direitos sociais e à assistência, a operacionalização da política social para pessoas em situação de rua, em Santarém, em seu histórico ao longo dos anos, também tem sido atravessada por discursos que, em alguma medida, buscam a garantia de higiene, segurança e segregação da loucura, até o tempo presente da pesquisa. Com o anúncio da criação do serviço de referência para pessoas em situação de rua, em 2014, a expectativa da sociedade (ou da parte dela que produzia conteúdos, na mídia) passava também por tirar do horizonte visível a “ameaça” - das drogas, da loucura e da pobreza de pessoas que viviam nas ruas. Algo que, de fato, nunca ocorreu completamente (pelo menos, não como alguns talvez esperavam).

Esse tipo de concepção, entretanto, não deixou de constar, principalmente, no discurso de modernidade criado em torno da ideia de planejamento urbano, o qual não via o fenômeno por ora em discussão como resultado de um sistema capitalista excludente e opressor (Carmo, 2020). Mas parecia entender pessoas em situação de rua, indígenas, negras e ribeirinhas como intrusas nesse espaço (Aires, 2019). Ou seja, ao invés da cidade como “lugar das pessoas” (J. A. Oliveira & Schor, 2008), a cidade como lugar de *algumas* pessoas.

Bibliografia

- Aires, E. Q. (2019). *Nas margens da margem: uma análise sócio-espacial dos “pés-inchados” na área central da cidade de Santarém-Pa*. [Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará]. https://drive.google.com/file/d/1CG_G08JCiD2R2VVlhbOfFuVxGI30q8ql/view
- Araujo, E. (2017). *A vida em cenas de uso de crack*. Papeis Selvagens.
- Bemerguy, T. S., & Oliveira, T. L. (2021). Antropologia urbana na Amazônia: des-centrando escalas, genealogias e experiências de cidade. *Revista Wamon. Periódicos Ufam*, 6(1), 31-52. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/9349/7263>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Difel; Editora Bertrand Brasil.
- Bourgois, P. (2003). *In search of respect. Selling Crack in el Barrio*. Cambridge University Press.
- _____. (2008). Homeless in El Barrio. In P. Bourdieu (Org.). *A miséria do mundo* (pp.203-207). Vozes.
- Braga, J. L. (2022). *Loucos de rua: uma revisão de escopo sobre pessoas em situação de rua com transtornos mentais graves*. [Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz]. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55370>
- Carmo, E. P. (2020). *A rua como espaço de convívio: as dinâmicas socioespaciais das pessoas em situação de rua nos espaços públicos da cidade de Santarém*. [Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará]. <https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2022/02/tcc-Elton-Paz.pdf>
- Carriconde, R. M. (2019). “Cair na rede”: circulações desde os abrigos da cidade. [Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/16939>
- Cunda, M. F., & Silva, R. N. (2019). Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. *Psicologia & sociedade*, 32, 1-17. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>
- Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. [Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências]. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
- Frangella, S. (2009). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Annablume.
- Gondim, R. (2021). *Vidas em exclusão e a reinvenção do cuidado*. Editora Fiocruz.
- Lisboa, M. S. (2013). *Os loucos de rua e as redes de saúde mental: os desafios do cuidado no território e a armadilha da institucionalização*. [Tese de Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17023>
- Neves, D. P. (2011). Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, 29. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2010.0i29.a41742>
- Oliveira, J. A., & Schor, T. (2008). Das cidades da natureza à natureza das cidades. In S.-C. C. Trindade Junior & M. G. C. Tavares (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências* (pp. 15-26.). EDUFPA.
- Pereira, L. F. P. (2016). No labirinto da gestão: desdobramentos do processo de institucionalização e transformação de rua em “usuários” dos serviços de assistência social. In T. Rui; M. Martinez & G. Feltran (Org.). *Novas faces da vida nas ruas* (pp.

89-114). Edufscar.

Rui, T. (2014). *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. Terceiro Nome.

_____; Martinez, M., & Feltran, G. (Org.). 2016. *Novas faces da vida nas ruas*. Edufscar.

Teixeira, M., & Fonseca, Z. (2015). *Saberes e práticas na Atenção Primária à Saúde: Cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas*. Hucitec Editora.

Valentim, O.; Moutinho, L.; Pinho, L.; Firmino, C.; Tomás, C., & Querido, A. (2021). Consumo de álcool e vulnerabilidade em saúde das pessoas em situação de sem-abrigo. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, Especial 8*. https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602021000300029?script=sci_arttext&pid=S1647-21602021000300029

Vallim, D. D. C. (2015). *Os passos dos indesejáveis: Um estudo do contexto sociocultural do uso e usuários de crack nas cidades do Rio de Janeiro e Nova Iorque*. [Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/4741/1/Tese_Danielle_Vallim_Os_Passos_do_s_Indesejaveis.pdf

Velho, G. (1981). *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Zahar Editores.